

A educação popular como contraponto das políticas neoliberais para educação

Ricardo Santos de Almeida¹

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1266-2557>

Emerson Rodrigues Bezerra²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2209-7563>

Franciele dos Santos Fausto³

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3598-3436>

¹ Doutorado: Educación pela UI (2022) reconhecido pela UNIVALI (2022). Doutorando em Geografia na UFSM. Mestrado: Geografia pela UFS (2016). Especializações: Cartografia e Sensoriamento Remoto pela FAMEESP (2022); Práticas Assertivas da Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos - com Ênfase em Didática pelo IFRN (2020), Geografia Humana e Econômica pela UNINTER (2019), Administração Pública pela UCAM (2016); Geografia e Meio Ambiente pela UCAM (2014); Educação do Campo pela UCAM (2013); Formação para a Docência do Ensino Superior (2011). Graduações: Pedagogia pela UNINTER (2018), Geografia Licenciatura pela UFAL (2014), Gestão de Pequenas e Médias Empresas pela FAA (2009). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5955679764505968>.

² Graduado em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) - Campus do Sertão (2019). Participou como colaborador do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (PIBID/MEC/CAPES) (2017 - 2018). Participou como colaborador no projeto de extensão “Observatório das Escolas do/no Campo no Alto Sertão de Alagoas.” (2016 - 2017). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6189580669285782>.

³ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) - Campus do Sertão. Participou do Programa Institucional de Bolsas em Iniciação à Docência (PIBID/CAPES) no período de 2017/2018. Participa do grupo de estudos em Educação do/no Campo, no qual se encontra desde 2016. Realiza pesquisa em Educação do/no Campo. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5590070029474642>.

Resumo: A educação tem sido um elemento de muitas discussões, principalmente enquanto dimensão importante para o desenvolvimento de qualquer sociedade. Sabe-se que os desafios são muitos e que é necessário problematizar determinadas formas de como ela, a educação, se apresenta, e quais as suas intencionalidades. Nesse sentido, este trabalho busca revisitar alguns pensamentos que influenciaram os contextos educacionais de alguns momentos históricos da sociedade, todavia, com um olhar mais centrado nos desafios e perspectivas da Educação Popular para/na contemporaneidade. Enquanto metodologia, foi utilizada a revisão bibliográfica acerca das discussões sobre Educação, Sociedade e Educação Popular, a partir das contribuições da sociologia da educação com Durkheim (2009), e outras reflexões feitas por estudiosos da área da Educação como Gadotti (2000), Cortella (2009) Tonet (2006), Graciani (1999), Freire (1987), entre outros. Como resultados, percebemos que são muitos os desafios da Educação Popular. No entanto, destaca-se a perspectiva neoliberal de sociedade enquanto uma realidade muito fluente nos dias atuais, visto que, compromete uma educação de qualidade e demonstra aversão a uma prática educativa que defenda a pauta da prática social.

Palavras-chave: Educação. Educação Popular. Neoliberalismo

Popular education as a counterpoint to neoliberal policies for education

Abstract: Education has been an element of many discussions, especially as an important dimension for the development of any society. It is known that the challenges are many and that it is necessary to problematize certain forms of how it, the education, presents itself, and what its intentions. In this sense, this work seeks to revisit some thoughts that influenced the educational contexts of some historical moments of society, however, with a more focused look at the challenges and perspectives of Popular Education in contemporary times. As a methodology, the bibliographical review on the discussions about Education, Society and Popular Education was used, based on the contributions of the sociology of education with Durkheim (2009), and other reflections made by scholars in the area of Education as Gadotti (2000), Cortella (2009) Tonet (2006), Graciani (1999), Freire (1987), among others. As results, we realize that there are many challenges of Popular Education. However, the neoliberal perspective of society stands out as a very fluent reality today, since it compromises quality education and demonstrates aversion to an educational practice that defends the agenda of social practice.

70

Keywords: Education. Popular Education. Neoliberalism

Educación popular como contrapunto a las políticas neoliberales para la educación.

Resumen: La educación ha sido un elemento de muchas discusiones, principalmente como una dimensión importante para el desarrollo de cualquier sociedad. Se sabe que los desafíos son muchos y que es necesario problematizar ciertas formas de cómo educar y cuáles son sus intenciones. En ese sentido, este trabajo busca visitar algunos pensamientos que influyeron en los contextos educativos de algunos momentos históricos de la sociedad, sin embargo, con una mirada más centrada en los desafíos y perspectivas de la Educación Popular para/en la contemporaneidad. Se utilizó como metodología una revisión bibliográfica sobre las discusiones sobre Educación, Sociedad y Educación Popular, a partir de los aportes de la sociología de la educación con Durkheim (2009), y otras reflexiones realizadas por estudiosos del campo de la Educación como Gadotti (2000), Cortella (2009) Tonet (2006), Graciani (1999), Freire (1987), entre otros. Como resultado, nos damos cuenta de que hay muchos desafíos para la Educación Popular. Sin embargo, la perspectiva neoliberal de la sociedad se destaca como una realidad muy fluida en la actualidad, ya que compromete la calidad de la educación y demuestra aversión a una práctica educativa que defiende la agenda de la práctica social.

71

Palabras Clave: Educación. Educación Popular. Neoliberalismo.

Introdução

Se existe um desafio que precisa ser travado nos dias atuais, chama-se Educação. Nota-se que os contextos de negação de direitos e os planos neoliberais para a sociedade tem apresentado muitas propostas tendenciosas, a exemplo, uma educação voltada apenas para o mercado de trabalho, concretizada a partir da reformulação de diretrizes e planos desenhados sob o discurso de “Educação para Todos” e direcionados para a Educação Nacional.

É nesse contexto que esse trabalho se torna relevante na medida em que propõe a reflexão sobre os desafios e perspectivas para a Educação e Educação Popular na contemporaneidade, entendendo quais são os mecanismos que precisam ser enfrentados para a efetivação de uma educação de qualidade e formação humana como aponta Tonet (2006).

Como elemento de análise aborda-se alguns pensamentos que influenciaram os modos de se pensar educação, problematizando de que forma ela vem sendo constituída até os dias atuais. Para subsidiar a discussão, as contribuições de autores como Durkheim (2009), Gadotti (2000), Brandão (1985), Freire (1987), entre outros, se farão pertinentes para uma breve contextualização das trajetórias epistemológicas do pensamento educacional, como é proposto no primeiro momento deste trabalho.

Em seguida, discute-se a educação enquanto política pública social, apontando como desafio a perspectiva neoliberal de sociedade e seus desdobramentos para Educação de forma geral e principalmente a para a Educação Popular, embora não estatizada, mas fomentada no seio educacional, enquanto prática social, visto que o pensamento neoliberal elabora um ideário de educação pautada apenas no trabalho dissociado de causas sociais, culturais, políticas, entre outras, o que justifica a elisão da educação popular. Autores como Saviani (1986), Azevedo (1997), Cerqueira (2008) e outros, farão parte dessa discussão.

Para inteirar as reflexões aqui propostas, apresenta-se a Educação Popular como o reflexo das novas dimensões educacionais, apontando o contexto histórico em que se constituiu, bem como suas finalidades e desafios enfrentados. Pretende-se nessa discussão problematizar quais os pensamentos que influenciaram a Educação Popular e refletir sobre sua importância para o contexto atual. Desse modo, pensadores como Freire (1987), Graciani (1999), Brandão e Fagundes (2016) serão consultados para esse estudo.

Nesse sentido, espera-se que o/a leitor/a revise alguns pensamentos que marcaram as perspectivas educacionais de determinados momentos históricos e que a partir disso reflita sobre quais epistemologias a Educação Popular está pautada. Indo além, é necessário que os sujeitos que pensam educação comprometam-se em entender as dinâmicas que influenciam a as formas de se fazer educação, compreendendo a educação popular como aliada as questões pertinentes aos diversos processos educativos e compromissada com e para o povo em formação e transformação social.

Trajetórias epistemológicas: diferentes perspectivas de educação

Sabe-se que a relação educação e sociedade é um campo de tensões e reflexões até os dias atuais. De acordo com Durkheim (2009) é necessário considerar que esses dois aspectos se tornaram de grande relevância para entender a dinâmica de constantes transformações sofridas nos âmbitos políticos, culturais, sociais e educacionais da sociedade, as quais Gadotti (2000, p. 3) aponta como um período de “crise de concepções e paradigmas”

É sob a ótica dessa inter-relação, educação e sociedade, e também sob a perspectiva de crise de ideias e percepções, que busca-se compreender em que medida esses elementos influenciam nos campos conceituais e paradigmáticos da própria educação, tendo em vista que a atualidade enquanto enfoque espaço-tempo é marcada por aceleradas inovações tecnológicas e ideológicas, influenciando consequentemente no âmbito educacional (DURKHEIM, 2009).

Nesse sentido, torna-se pertinente refletir sobre as perspectivas educacionais atuais, a começar pelos contextos sociais, políticos e históricos, os quais permitiram novas configurações no entendimento de educação. Esse exercício nos possibilita elaborar uma visão panorâmica das novas abordagens no campo da educação e nos leva a perceber o quanto este entendimento está articulado com as demandas da sociedade, a qual, de acordo com Gadotti (2000, p. 3) “É um momento novo e rico de possibilidades”. Assim, a provocação reflexiva nesse primeiro momento é necessária à medida em que ambos os fatores implicam na vida e na educação do homem, demandando o nosso olhar sensível sob essa interação e também nos fazendo participantes desse contínuo debate.

Neste seguimento, entende-se que a educação contemporânea ganha novos olhares na medida em que é influenciada por fatores externos, os quais podem ser compreendidos no âmbito da sociedade. A este fato, atribui-se a importância

de visitar alguns pensamentos que influenciam a educação tendo em vista uma análise sobre a atual e futura conjectura educacional, assumindo o compromisso de refletir sobre algumas posturas já adotadas, transformadas e reconfiguradas diante da educação constituída na atualidade.

É pertinente que fique compreendido que não existe um único modelo de educação, e que no decorrer da história muitas concepções ganharam espaço de debates sobre qual necessidade ou intencionalidade ela, a educação, deveria corresponder (BRANDÃO, 1985).

Gadotti (2000) ressalta que em meio à tanta perplexidade e crises de concepções é importante apontar algumas expectativas e perspectivas para uma educação do futuro, pois, na medida em que essas crises nos alcançam, a imobilidade intelectual seria na ótica dele um ato de covardia. Por este motivo, refletir sobre as práticas e as novas teorias educacionais dariam subsídio para as próximas gerações apontando caminhos para efetivar uma educação que contribua para o desenvolvimento do homem em seus diferentes aspectos, possibilitando também um olhar crítico diante dessas constantes mudanças.

Cortella (2009) nos diz que a educação tem como fatores constituintes a presença do homem em harmonia com conhecimentos, habilidades e avanços. Em alguns percursos históricos, a efetivação da educação era atrelada à perspectiva de domínio social de alguns sujeitos em detrimento de outros, a qual apenas uma pequena parcela da sociedade tinha direito à educação. Esta afirmação caracteriza de forma geral a perspectiva de educação tradicional, a qual visava logo de início a educação de uma minoria constituída pela burguesia, somente esta, unicamente poderia ter o domínio e acesso ao conhecimento. Ou seja, por esse entendimento, a educação ainda era limitada e não era vista como possibilidade para todas as pessoas, os indivíduos em vulnerabilidade econômica e social eram vedados a tal modelo educacional.

Como já foi mencionado, a sociedade vive em constantes avanços no sistema global de informação e produção tecnológica independente de seu tempo histórico. Diante desses avanços, a educação instituída na sociedade de classes escravistas da Idade Antiga compreendida como educação tradicional sofreu mudanças significativas em relação aos dias de hoje embora possam ser notados alguns aspectos dessa vertente educacional nas atuais dimensões educacionais. Segundo Gadotti (2000, p. 4):

A educação tradicional e a nova têm em comum a concepção da educação como processo de desenvolvimento individual. Todavia,

o traço mais original da educação desse século é o deslocamento de enfoque do individual para o social, para o político e para o ideológico (GADOTTI, 2000, p. 4).

Na medida em que a educação tradicional vê o desenvolvimento do homem por uma lógica dissociada das relações sociais, por se tratar de uma educação para interesses de poucos, o vigente modelo de educação traz a discussão para o campo da contribuição das esferas sociais, políticas e ideológicas na educação do indivíduo, promovendo profundos embates acerca desses aspectos enquanto influência para os modelos educacionais.

Uma mudança significativa e profunda durante essa transição foi a respeito da concepção de educação, a qual deixou de ser um aspecto relacionado à instrumentalização do saber e de certas limitações, assumindo uma postura de dimensões intangíveis visto que de acordo com Gadotti (2000, p. 4) “A educação, no século XX, tornou-se *permanente e social*”. Perante essa afirmação, pode-se constatar que há um modelo de educação com uma tendência mais voltada para o social, a qual visa o desenvolvimento dos indivíduos fundamentando-se no estudo das estruturas da sociedade, compreendendo assim um indivíduo capaz de entender a sua realidade singular e coletiva à partir das suas aprendizagens, sejam elas científicas, em forma de saberes aprendidos na escola ou aprendizagens cotidianas, que impulsionam uma postura reflexiva diante do seu entorno social (CORTELLA, 2009).

Assim outras expectativas são estabelecidas entre sociedade e educação, na medida em que as contribuições desta última se expandem em termos ideológicos e em contribuições teóricas sob a perspectiva de uma educação emancipadora do ser humano, segundo Freire (1999), e não mais como condição de uma pirâmide hierárquica, a qual envolve idade, saberes, relações de poder econômicos e culturais, entre outros mecanismos limites para uma educação que abarcasse as dimensões que constituem os indivíduos.

É importante salientar que, embora, existam alguns empasses sobre tais avanços na educação sob enfoque das dimensões conceituais, Gadotti (2000, p. 4) revela, que:

É verdade, existem ainda muitos desníveis entre regiões e países, entre o Norte e o Sul, entre países periféricos e hegemônicos, entre países globalizadores e globalizados. Entretanto, há ideias universalmente difundidas, entre elas a de que não há idade para se educar, de que a educação se estende pela vida e que ela não é neutra (GADOTTI, 2000, p. 4).

Desta forma, ainda que os processos de efetivação da educação sejam problematizados, é preciso atentar-se para alguns ganhos nos campos teóricos-conceituais que foram relevantes no encaminhamento de um novo olhar para a educação, visto que muitos avanços da educação enquanto ciência devem de forma significativa as novas percepções que ocorreram com o passar dos anos.

Diante desses avanços conceituais, a educação passou então a ser um dos aspectos mais discutidos até os dias de hoje, tanto pela sua importância na organização da sociedade e também pelos impactos que esta provoca nas relações do homem entre si e com o mundo. Assim, algumas formas estruturais começaram a ser pensadas para que a educação fosse ofertada de igual modo a todas as sociedades, surgindo então a construção de sistemas educacionais, os quais seriam responsáveis por monitorar e organizar as formas de como a educação está sendo efetivada para os indivíduos.

É nessa perspectiva que surge o modelo de uma educação internacionalizada, um sistema educacional fundamentado no objetivo de oferecer uma educação igual para todos. Segundo Gadotti (2000, p. 5) “[...] o fenômeno da globalização deu novo impulso à ideia de uma educação igual para todos, agora não como princípio de justiça social, mas apenas como parâmetro curricular comum”. O órgão responsável por estruturar as ações da educação seria a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) que, a partir de então, assumiria a responsabilidade de deliberar as ações da educação para a sociedade, visto que, o entendimento de educação para todos era apenas uma forma de distribuição curricular, a qual eliminava todas as formas de reconhecimento das singularidades de cada sociedade que receberia tais deliberações do órgão.

As formas de organizar-se sobre uma base curricular comum igual para todos ganha mais espaço do que os próprios indivíduos que são sujeitos da educação, e para isso pode-se inferir que nesse modelo de educação, pouco se considerava algumas dimensões pertinentes às peculiaridades dos indivíduos, tais como, cultura, modelo econômico, situação social, entre outros. De acordo com Gadotti (2000, p. 5) “Como resultado, tem-se hoje uma grande uniformidade nos sistemas de ensino”. Não seria esta a intenção de transformar os sujeitos sociais em máquinas humanas? Ou ainda, fazer imperar a teoria da administração clássica, onde os sujeitos devem repetidas vezes fazer sem pensar sobre o seu fazer?

Dessa forma, em meio a tantas tendências de sistematizar a educação, qual é a importância de aprofundar-se no conhecimento dos aspectos relevantes

à compreensão das relações do homem na/com a sociedade nos contextos educacionais? Em concordância com Freire (1987, p. 78) “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.” Assim, é possível refletir em questões como: para quem é a educação que pensamos? Como ela se faz? Os sujeitos falantes do processo educativo estão presentes nos currículos? Ora, é preciso considerar a relevância da realidade social do homem sob a ótica do contexto educativo, visto que, sua construção social se dá pelas interações que este estabelece com outros indivíduos via diálogo e também por meio das suas relações na sociedade, seja por meio do trabalho, ou por meio de suas contribuições intelectuais ou pelas suas vivências diárias (TONET, 2006).

Assim, surge uma perspectiva de educação baseada nos paradigmas holonômicos, uma nova tendência de educação adotada por alguns estudiosos, cujo fundamento tem o estudo do todo, na complexidade e integridade da vida do homem, estabelecendo uma perspectiva de educação para compreensão da própria realidade. Esse paradigma parte do pressuposto de que a educação precisa considerar outros aspectos para além do desenvolvimento cognitivo do homem, assim, conforme nos diz Gadotti (2000, p. 5):

Esses paradigmas sustentam um princípio unificador do saber, do conhecimento, em torno do ser humano, valorizando o seu cotidiano, o seu vivido, o pessoal, a singularidade, o entorno, o acaso e outras categorias como: decisão, projeto, ruído, ambigüidade, finitude, escolha, síntese, vínculo e totalidade (GADOTTI, 2000, p. 5).

Resultando em uma perspectiva de educação que parte das análises micro do homem e das dimensões que o cercam, sejam elas sociais, culturais, políticas ou econômicas, para uma abordagem macro das estruturas gerais da sociedade como essas que já foram citadas.

As ideias empreendidas pelo paradigma holonômico abre um leque de possibilidades para a educação do homem na medida em que age como impulso para outras formas de organizar a sua educação, a qual a educação popular se adequa perfeitamente em sua finalidade de fomentar a emancipação e a transformação social, considerando, portanto o sujeito como um todo, e não como uma parte, como vimos na perspectiva da base nacional curricular comum.

Com a universalização da educação básica as tensões ficavam ainda mais visíveis, na medida em que admitia-se uma educação de larga escala, foi possível estabelecer momentos de amplos debates acerca de qual educação seria ofertada,

refletindo principalmente sobre o âmbito escolar, o que segundo os estudiosos adeptos da perspectiva holonômica deveria ser um espaço relacionado a perspectiva de uma escola cidadã, projeto idealizado por Freire (1999), voltada para o conhecimento das realidades sociais que adentravam aos muros da escola, colocando-se frente a um modelo neoliberal e capitalista que influenciava muitas práticas educativas que eram voltadas para formação necessária ao mercado de trabalho.

Deste modo, era emergencial problematizar a educação posta e estabelecer novos rumos para a educação do futuro. De acordo com Gadotti (2000, p. 7):

Seja qual for a perspectiva que a educação contemporânea tomar, uma educação voltada para o futuro será sempre uma educação contestadora, superadora dos limites impostos pelo Estado e pelo mercado, portanto, uma educação muito mais voltada para a transformação social do que para a transmissão cultural. Por isso, acredita-se que a pedagogia da práxis, como uma pedagogia transformadora, em suas várias manifestações, pode oferecer um referencial geral mais seguro do que as pedagogias centradas na transmissão cultural, neste momento de perplexidade (GADOTTI, 2000, p. 7).

Assim, surgem novas configurações pedagógicas para construir um novo modelo de educação, as quais articulavam-se para superar uma educação que visava a transmissão e tecnicização do conhecimento, era projetada uma educação que assumisse a postura de construir, de permitir e tornar os sujeitos também construtores dos saberes, possibilitando a conscientização dos indivíduos acerca da sua realidade social, como é posto na prática social da educação popular.

O avanço da tecnologia também é um aspecto que contribui consideravelmente para novas configurações de educação, uma vez que possibilita a rápida disseminação de informações assumindo um papel importante no processo de democratização do conhecimento, assim como influencia na formação de novos espaços em que a educação pode ser efetivada. “As novas tecnologias criaram novos espaços de conhecimento. Agora, além da escola, também a empresa, o espaço domiciliar e o espaço social tornaram-se educativos.” (GADOTTI, 2000, p. 7). Deste modo, outras dimensões são pensadas na perspectiva de educação atual visto que ela não é compreendida apenas no espaço escolar, mas é vista como processo que acontece nas próprias relações sociais, independente de espaços pré-determinados (TONET, 2006). Dito de outro modo, a educação não é somente a institucionalizada pelo sistema de ensino.

Diante desses novos paradigmas e pensamentos inovadores no âmbito da educação, ela própria, a educação, foi direcionando suas ações de acordo com as crescentes mudanças sofridas no campo conceitual e recortes históricos que influenciaram suas perspectivas e práticas. Suas novas abordagens possibilitam uma perspectiva de educação que promove a transformação social através do desenvolvimento do pensamento crítico, da participação e da autonomia dos sujeitos perante a sociedade (FREIRE, 1996). Pressupostos que sinalizam a práxis da educação popular na perspectiva freiriana.

Educação como política pública social: os impasses entre educação e neoliberalismo

Os estudos sobre as políticas públicas no Brasil surgiram em meados da década de 80, articulados ao campo da sociologia e da ciência política. O contexto que demarca as discussões sobre tais políticas públicas é influenciado pelo processo de redemocratização da organização política no Brasil o qual de acordo com Azevedo (1997) vivenciava um período pautado em frágeis políticas econômicas estabelecidas por um regime autoritário resultando na negação aos direitos sociais básicos, dentre eles, a educação.

79

Diante desse contexto, Azevedo (1997) afirma que a questão social que está contida na organização das políticas públicas, extrapolou as áreas da sociologia e da ciência política e torna-se um aspecto debatido em outros campos de estudo. Em seu livro “A educação como política pública”, a pesquisadora discute sobre a crise internacional na organização dos serviços públicos, refletindo como essa problemática atinge a área da educação. Desse modo, a autora alerta para a necessidade de investigar a educação enquanto “política social de natureza pública” (AZEVEDO, 1997, p. 3).

Podemos dizer que as políticas públicas são os meios pelos quais podem ser assegurados os direitos e o exercício da cidadania dos sujeitos. Pelo entendimento de Azevedo (1997, p. 5-6):

As políticas públicas são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou do Estado em que têm lugar e que por isso guardam estreita relação com as representações sociais que cada sociedade desenvolve sobre si própria. Nesse sentido, são construções informadas pelos valores, símbolos, normas, enfim pelas representações sociais que integram o universo cultural e simbólico de uma determinada realidade (AZEVEDO, 1997, p. 5-6).

Ainda em concordância com Azevedo (1997, p. 61) “[...] uma política pública para um setor, constitui-se a partir de uma questão que se torna socialmente problematizada”. Por essa afirmação e tomando como elemento reflexivo o contexto de crise apresentado pela autora, acreditamos ser relevante que a educação ganhe espaço nessa discussão como uma dimensão a ser estudada com mais sutileza a partir das questões sociais que a ela estão unidas.

No entanto, para elaborar tais reflexões é necessário que pensemos a educação, antes de mais nada, como um campo de relações de poder estabelecidas entre Estado e sociedade e que esse contexto é marcado por diferentes influências ideológicas no âmbito político e econômico e pedagógico. De acordo com Azevedo (1997, p. 5) “Abordar a educação como uma política social, requer diluí-la na sua inserção mais ampla: o espaço teórico analítico próprio das políticas públicas”.

Assim, nossa intenção é compreender a perspectiva de educação apresentada no contexto neoliberal tendo em vista refletir sobre quais as perspectivas e aspectos estabelecidos na constituição de uma educação nesse contexto. Nesse sentido, realizaremos uma breve leitura acerca do neoliberalismo como paradigma influenciador das políticas públicas e como essa abordagem corrobora para afirmar uma concepção de educação passiva de ser problematizada.

Alguns estudiosos acreditam que política e educação são ações distintas, mas estão interligadas, conforme a perspectiva de Saviani (1986, p. 89):

[...] a educação depende da política no que diz respeito a determinadas condições objetivas como a definição de prioridades orçamentárias que se reflete na constituição consolidação-expansão da infra-estrutura dos serviços educacionais etc.; e a política depende da educação no que diz respeito a certas condições subjetivas como a aquisição de determinados elementos básicos que possibilitem o acesso à informação, a difusão das propostas políticas, a formação de quadros para os partidos e organizações políticas de diferentes tipos, etc (SAVIANI, 1986, p. 89).

Essa afirmação revela uma relação de dependência entre política e educação. Saviani (1986) apresenta uma vertente de educação que está envolvida com as questões organizacionais e estruturais relacionados ao campo da política, o que do nosso ponto de vista torna a dimensão educativa uma forte influenciadora das políticas públicas e vice-versa.

Freire (1980, p. 6) nos diz que “educar é um ato político.” Desse modo, tudo que há direcionamento ou intencionalidade antecede uma ação política. A

educação por sua vez, como dimensão que envolve diferentes sujeitos e múltiplas condições para sua efetivação, deve refletir sobre quais são as influências do campo político que estão intervindo em suas ações, elaborando questionamentos como: Para que educar? Quem educar? Como educar? Quais as condições necessárias para se educar? Freire (2001, p. 14) nos diz que “não há educação sem política educativa que estabelece prioridades, metas, conteúdos, meios [...]”. Nesse sentido, a educação precisa adotar a dimensão política tendo em vista alcançar os seus fins de forma sistematizada e organizada, de maneira tal que possibilite diferentes meios pelos quais uma educação de qualidade seja efetivada, considerando a formação dos sujeitos tanto nos aspectos cognitivos, lidando com a subjetividade dos indivíduos, e com aspectos que estão atrelados ao processo educativo, sejam eles sociais, econômicos, culturais, entre outros.

Dada essa condição, justificamos o esforço reflexivo que será pensar sobre a educação atual a partir da influência das políticas públicas, pois pontuar tais questões no âmbito da educação promove a reflexão sobre “a materialidade da intervenção do Estado, ou o Estado em Ação” (AZEVEDO, 1997, p. 5).

Refletir sobre a relação educação e neoliberalismo exige que compreendamos quais são os fundamentos que constituem o pensamento neoliberal. Logo, para entender de que maneira esse aspecto influencia o âmbito educativo é necessário saber quais as pautas desse paradigma econômico.

De acordo com Azevedo (1997, p. 9) “As raízes da corrente neoliberal encontram-se na teoria do Estado formulada a partir do século XVII, expressando o ideário do liberalismo clássico então emergente.” O liberalismo surgiu como teoria das liberdades individuais em que defendia o direito de cada indivíduo em sua singularidade sem a intervenção de qualquer outro setor em suas decisões. Desta forma, inviabiliza a práxis pedagógica da educação popular no contexto educacional enquanto prática social.

Para Campos (2007) o liberalismo apoia-se em 5 dimensões: individualismo, liberdade, propriedade, igualdade e democracia. Segundo o pesquisador, esses aspectos devem ser defendidos pelo Estado ao mesmo tempo que não podem ser interferidos por ele, considerando que o desenvolvimento da sociedade está estruturado pelos direitos e oportunidades individuais de cada sujeito, sem considerar outros contextos, inclusive o econômico ou social. Assim Azevedo (1997, p. 10) aponta que na perspectiva neoliberal:

Os fundamentos da liberdade e do individualismo são tomados aqui para justificar o mercado como regulador e distribuidor da riqueza e da renda, compreendendo-se que, na medida em que potencializa as habilidades e a competitividade individuais, possibilitando a busca ilimitada do ganho, o mercado produz, inexoravelmente, o bem-estar social (AZEVEDO, 1997, p. 10).

Diante desse ponto de vista, percebemos que essa corrente ideológica, de cunho político e econômico pressupõe uma sociedade em que a vontade individual, supere as necessidades coletivas, tendo em vista o crescimento econômico a qualquer custo, desconsiderando contextos como: posição social, raça, gênero, condições socioeconômicas, entre outros. O que na nossa perspectiva são elementos essenciais a serem problematizados para se efetivar o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária. Sabe-se, perfeitamente, que o sujeito, enquanto indivíduo, não tem como arcar com as despesas da educação, por exemplo, principalmente quando esta é tratada como mercadoria, e custa muito caro.

Ainda segundo Azevedo (1997, p. 11) a lógica do “Menos Estado e mais mercado” nos diz que o pensamento neoliberal questiona alguns mecanismos de intervenção do estado nas formas de organização social e política, atribuindo ao próprio estado o controle sobre as formas de produção no âmbito econômico e na vida social, infringindo assim as liberdades individuais dos sujeitos. Nesse sentido, a autora afirma que:

Defensores do “Estado Mínimo”, os neoliberais creditam ao mercado a capacidade de regulação do capital e do trabalho e consideram as políticas públicas as principais responsáveis pela crise que perpassa as sociedades. [...] a referência básica é igualmente o livre mercado. Os programas e as várias formas de proteção destinados aos trabalhadores, aos excluídos do mercado e aos pobres são vistos pelos neoliberais como fatores que tendem a tolher a livre iniciativa e a individualidade, acabando por desestimular a competitividade e infringir a própria ética do trabalho (AZEVEDO, 1997, p. 12-13).

Dada essa afirmação, e do ponto de vista da análise neoliberal a preocupação com as camadas menos favorecidas, torna-se um impasse no desenvolvimento do mercado e da economia, pois, segundo essa ótica, à medida que o estado por meio das políticas públicas, organiza mecanismos para desconstruir as desigualdades sociais, ele interfere na vontade dos sujeitos em competir e não possibilita meios para tornar os indivíduos autônomos frente às questões relacionadas ao âmbito do trabalho.

Cerqueira (2008) nos diz que essa perspectiva econômica já perdura desde o fim da segunda guerra mundial, tendo como fundador o economista e filósofo Friedrich Hayek, o qual através do seu livro “A caminho da servidão” elaborado em 1944 buscou consolidar o senso de racionalidade nos modos de fazer economia, enaltecendo o interesses individuais de empresários e empresas.

Desde então a sua influência se alastra nos diversos âmbitos da sociedade, inclusive busca no campo da educação impregnar um modelo educativo preocupado apenas com os meios de produção, na perspectiva técnica do ensino, do capitalismo competitivo e no desenvolvimento de habilidades apenas para o mundo do trabalho, desconsiderando a pluralidade da ação educativa.

Nesse sentido, o próximo passo é refletir sobre como o pensamento neoliberalista influencia a educação. Azevedo (1997, p.15) alerta que:

Em relação à política educacional, pode-se dizer que o vírus neoliberalizante não a contagia na mesma proporção em que atinge outras políticas sociais. A educação na condição de um dos setores pioneiros de intervenção estatal, é uma das funções permitidas ao “Estado Guardiã”. Friedman, por exemplo, não inclui a educação entre as 14 áreas as quais julga inadmissível serem subsidiadas pelos recursos públicos. Muito ao contrário, a ampliação das oportunidades educacionais é considerada um dos fatores mais importantes para redução das desigualdades (AZEVEDO, 1997, p. 15).

Esse discurso que destaca a educação como um elemento necessário ao desenvolvimento de uma sociedade e como um aspecto preponderante para sanar as desigualdades sociais, precisa ser problematizado.

Vimos anteriormente, que a vertente neoliberal tende a promover a competitividade e que o seu principal objetivo é alargar os lucros do mercado. Sendo assim, o âmbito educacional torna-se alvo de suas pautas, refletindo na dinâmica escolar, sua organização e perspectivas. Azevedo (1997, p. 16), em relação às influências neoliberais na educação, nos diz que: “qualquer tipo de educação que se volte para o treinamento vocacional não deve, pois, ser subsidiada pelos fundos públicos, dado que um melhor preparo profissional vai se refletir, no futuro em melhores salários”.

Dada essa afirmação, percebemos que a educação é estabelecida como dimensão de preparo para o mercado, salário, profissionalização, entre outros. Não queremos questionar que tais fatores não sejam essenciais para se pensar a educação contemporânea. Ao contrário, defendemos ser necessário que os aspectos

acima citados, sejam parte de um conjunto para a vida em sociedade, mas que sozinhos não constituem uma educação capaz de ir além de práticas educativas voltadas para o capital.

Nesse sentido, o que nos inquieta é saber que seres humanos, que são sujeitos dessa educação, carregam em si muito mais do que a condição do saber, aprender e reproduzir. Eles trazem consigo habilidades, sentimentos, realidades e sonhos, os quais divergem dos diversos parâmetros que o contexto social os impõe. Desse modo, a educação que tem prioridade nos planos neoliberais, tende a invisibilizar dimensões que constituem a pluralidade dos indivíduos, defendendo o mercado, o mérito e o esforço individual como elemento determinante no desenvolvimento dos sujeitos e da sociedade. Assim, Coraggio (1996, p. 225) problematiza que:

Pelo mesmo fato, seria errôneo supor que, obtido o acesso massivo ao sistema, o único problema que resta é a retenção, e que o caminho para encará-la é a melhoria da qualidade dos fatores intra-educativos. Enquanto não se atuar sobre o contexto, e a própria educação for considerada como parte de um processo de transformação efetiva desse contexto, qualquer política nesse sentido será ineficiente (CORAGGIO, 1996, p. 225).

84

É necessário consolidar uma educação que pense em formação humana no horizonte da transformação social, que trate o interior dos indivíduos, promovendo uma sociedade com mais empatia, respeito, solidariedade e que apresente um caráter biófilo, despertando nas pessoas a atração pela vida e seu crescimento, a atitude de construção coletiva a partir das necessidades humanas, tal como se pratica com a educação popular.

Educação popular: o reflexo das novas dimensões educacionais

A partir das discussões apresentada por Durkheim (2009), Gadotti (2000), Tonet (2006) e Freire (1999) os quais compreendem a educação como ação indissociável da sociedade, torna-se pertinente recorrer a Graciani (1999), Brandão e Fagundes (2016), Freire (1987) entre outros já mencionados anteriormente, para buscar entender em que contexto surge a educação popular, a quem era destinada e quais eram as suas intencionalidades. Torna-se importante compreender como a educação popular influenciou na criação de novos modelos pedagógicos, visto o que já foi discutido, é pertinente que se entenda a educação enquanto resultado das complexas ações e intervenções da sociedade no modo de ser/saber/viver do homem.

As perspectivas atuais da educação de acordo com Gadotti (2000), impulsionam novas formas de organizar o pensamento e o posicionamento dos indivíduos na sociedade. A educação popular, por exemplo, como o próprio nome revela, surgiu como possibilidade das camadas menos favorecidas socialmente, de observarem e interferirem na dinâmica da sociedade, assim como realizarem uma leitura sobre o contexto do qual estão inseridos.

A educação popular, no contexto do seu surgimento, apresenta um viés de construção política e ideológica. Sua criação pressupôs uma organização sistematicamente pedagógica, social e conscientizadora e, talvez, por este motivo, sua estabilização sofreu resistências e enfrentamentos diante da forma como a sociedade era organizada e ainda é. Do ponto de vista de Freire (1987) a relação que existia era de “opressores e oprimidos”. Em concordância com Graciani (1999, p. 48, *apud* GADOTTI; TORRES, 1994, p. 8):

A educação popular passou por muitos momentos epistemológico-educativos e organizativos, desde a busca da conscientização até a defesa dos direitos humanos aniquilados pelas ditaduras militares, brutais e sangrentas, que custaram a vida de tantos militantes populares (GRACIANI, 1999, p. 48, *apud* GADOTTI; TORRES, 1994, p. 8).

Como podemos perceber, a vertente da educação popular, surge em um contexto autoritário, cuja ação de reivindicar os direitos básicos do ser humano, tornava-se uma afronta perante o modelo de sociedade posto, como discutido, o neoliberal. Nesse sentido, a educação popular tinha como objetivo estabelecer o ato de educar enquanto ação política, visto que defendia uma educação para a liberdade e para a consciência social, política, econômica, entre outros aspectos da realidade dos sujeitos. A educação popular visa, de acordo com Graciani (1999, p. 49):

[...] a educação como produção e construção do conhecimento, a luta por uma educação emancipadora, a defesa de uma educação como prática de liberdade e como precondição da vida democrática, pela relação dialógica, critério e parâmetro do descobrimento da razão de ser das coisas, e de um planejamento comunitário e participativo [...] se contrapõe à educação do colonizador e que seja capaz de reverter a realidade de opressão e dominação dos vários segmentos populares (GRACIANI, 1999, p. 49).

Diante dessa leitura, é possível inferir que a proposta da educação popular, tinha enquanto eixos norteadores o questionamento, a reflexão, autonomia, participação, diálogo, entre outros contributos. O objetivo era promover nos

sujeitos o sentido de pertencimento a uma sociedade que também foi feita para eles, problematizando sobre as condições de desigualdades sociais em que se encontravam.

Segundo Gadotti (2000), a educação popular é uma das novas concepções teóricas e práticas constituída na perspectiva de uma educação do futuro. De acordo com o pesquisador, essa vertente educacional surgiu no Brasil nos anos 1960 idealizada por Paulo Freire e tinha como eixo fundamental uma prática educativa baseada na conscientização.

Uma breve contextualização histórica acerca da sua efetivação no Brasil, destaca-se pela ótica de outros pesquisadores que no ano de 1947, a Unesco, através da educação de base, tinha como objetivo alcançar países em subdesenvolvimento e com altos índices de analfabetismo. No Brasil tinha como foco a educação de adultos, dos povos do campo, extensão rural, entre outros. Nesse período, a educação de base tinha como objetivos educacionais promover ações pautadas no ler, escrever e calcular (BRANDÃO; FAGUNDES, 2016). Assim, o analfabetismo era para o Brasil um grave problema, visto que era tido como aspecto de impedimento ao crescimento da economia brasileira.

Diante de tamanha problemática, Paulo Freire, importante educador brasileiro, elabora uma mudança na concepção de educação a partir das movimentações direcionadas às propostas de alfabetização de adultos que se desencadeou na década de 1960. A cultura tornou-se um aspecto relevante na educação dos indivíduos que constituíam a população em vulnerabilidade social, permitindo-lhes que a partir da sua realidade pudessem reconhecer o seu lugar na sociedade e desenvolver a consciência crítica diante dos contextos políticos, sociais, culturais e educacionais. Segundo Brandão e Fagundes (2016, p. 93):

Decorrente desse processo, viria o movimento de construção de uma nova concepção de educação, cujo foco não seria mais instrumental, mas um método dialogal, ativo, participante, crítico e criticizador sobre sua vida, suas relações com o meio e sua percepção como sujeito ativo, tendo a cultura como resultado de seu trabalho (BRANDÃO; FAGUNDES, 2016, p. 93).

É pertinente destacar que durante a década de 1960, após essa perspectiva de educação apresentada por Paulo Freire, foi um momento de inquietação da sociedade, visto que esse período também foi marcado pela criação dos movimentos populares, os quais deliberavam práticas educativas à partir das peculiaridades de

cada cultura e realidade social existente no Brasil. Assim, é possível afirmar que a educação popular começou a redimensionar a leitura do mundo e da sociedade, principalmente do povo e da cultura brasileira.

A cultura popular, passou então a ser um mecanismo de aprendizagens, em que através de suas ações promoviam o conhecimento da diversidade, do plural e também da singularidade dos sujeitos. Os estudiosos da época demarcam que a educação empreendida a partir da cultura popular tinha como objetivos, segundo Brandão e Fagundes (2016, p. 98 *apud* FÁVERO, 1983):

[...] alfabetização, núcleos populares, praças de cultura, teatro, artes plásticas, cinema, música, publicações, festas populares, festivais de cultura e todos os outros que se propõem à mobilização popular – meios de conscientização, politização e organização do povo (BRANDÃO; FAGUNDES, 2016, p. 98 *apud* FÁVERO, 1983).

Rompendo com a concepção de uma educação instrumental ou tradicional como muitos conheciam e vivenciavam, ganhando uma nova perspectiva para além de uma educação que tinha como centralidade a transmissão de conteúdos e formar mão de obra barata.

Durante a década de 1980 outros fatores também marcam o surgimento e a necessidade de reconfigurar uma nova perspectiva de educação orientada segundo as fragilidades da sociedade. Graciani (1999, p. 51) nos diz que:

O sistema educacional aparece, neste final de milênio, com muitos problemas sedimentados ao longo de sua existência, principalmente na década de 80, considerada uma década perdida, mas com contradições significativas em que se percebeu uma mobilização e reorganização da sociedade civil, além de uma redemocratização e a promulgação de direitos, com a constituição Brasileira de 1988. Entretanto, observou-se também um processo estagnador no campo da educação, da economia e da cultura. A recessão, o desemprego, a crise institucional generalizada, principalmente do Estado, a corrupção e a degradação social e, conseqüentemente, o abandono da infância e da adolescência de rua, são os exemplos típicos da década de 80 (GRACIANI, 1999, p. 51).

É possível perceber que o período descrito acima foi um momento de grandes transformações e embates na sociedade civil. Como foi relatado, trata-se de um momento de avanços e também de retrocessos, deixando como resultados o descaso e a invisibilidade das crianças e dos adolescentes de rua.

Diante desse quadro, algumas políticas públicas foram definidas para assegurar uma melhor qualidade de vida para os indivíduos da sociedade que

encontravam-se em vulnerabilidade sócio econômica. No entanto, faltava consistência na execução dessas políticas públicas tendo em vista que era um contexto histórico e político marcado pela desigualdade social, corrupção e indiferença pelas camadas menos favorecidas, as quais eram grande parte da sociedade brasileira.

A educação por sua vez, é um aspecto que se tornou o *locus* de importantes discussões, tendo em vista, a necessidade de dialogar sobre as necessidades dos sujeitos em vulnerabilidade social, junto aos processos educativos que lhes são oferecidos. Ao passo que a década de 1980 também foi marcada pela “irresponsabilidade dos governantes, e de um sistema educacional cada vez mais insuficiente para modificar o ensino escolar significativo” (GRACIANI, 1999, p. 51). Dessa forma, não era suficiente garantir apenas o acesso dessas camadas menos favorecidas ao espaço escolar ou o acesso à educação básica, ou seja, ter políticas públicas educacionais que permeiem o acesso, não garantem a permanência, sobretudo, daqueles que são estudantes trabalhadores, pobres, negros, indígenas, ciganos, camponeses – os expropriados e expatriados da terra. Era necessário, reconfigurar as perspectivas de educação vigente até o momento, tendo em vista construir novos caminhos no campo dos processos educativos que permitisse aos sujeitos refletir sobre sua construção social, assim como tornarem-se indivíduos autônomos, conscientes e participantes nas decisões da sociedade.

É por esse entendimento que surgiram as primeiras tentativas de uma educação do povo, a educação popular. “O que se percebe, na trajetória dessa concepção de educação popular, é que ela incidiu em mudanças na consciência política, social, nível cultural e, principalmente, na capacitação dos setores oprimidos [...]” (GRACIANI, 1999, p. 57).

Foi também durante a década de 80 que a educação popular ascendeu, ao passo que conseguiu unir diferentes sujeitos da sociedade na luta pelos direitos básicos de sobrevivência. Ou seja, a medida que a desigualdade social crescia o movimento da educação popular nascia, para contestar toda ordem vigente existente, entre oprimido-opressor, proletário-burguês, escravo-livre, negros-brancos, pobres-ricos, mulher-homem esta dualidade social fez com que houvesse o despertar para sair da condição de minoridade e ascendesse a maioria existencial, por meio da educação popular. Desse modo, Graciani (1999, p. 57) relata que:

Na década de 80, observou-se a vinculação da educação popular, dos movimentos sociais, a um novo campo problemático, o da defesa dos Direitos humanos, principalmente ligados à mulher, aos indígenas, às crianças e aos adolescentes, e como novos sujeitos de direitos – cujos discursos passaram a ser os mais fortes e candentes do século XX (GRACIANI, 1999, p. 57).

É de conhecimento geral que esses sujeitos históricos e socialmente tiveram seus direitos violados. Por este motivo, a ligação dos movimentos sociais e a vinculação da educação popular com esses indivíduos está intrinsecamente ligada a resistência à uma sociedade desigual, que a todo tempo reforça os mecanismos de exclusão social.

Nesse sentido, a educação popular reconfigura a educação tradicional, possibilitando que a concepção própria de educação tomasse novas posturas para com os sujeitos, viabilizando que os indivíduos se tornam ativos, emancipados, autônomos e sobretudo conscientes da sua realidade. Conforme aponta Gadotti (2000, p. 6), assinalando que:

Durante os regimes autoritários da América Latina, a educação popular manteve sua unidade, combatendo as ditaduras e apresentando projetos “alternativos”. Com as conquistas democráticas, ocorreu com a educação popular uma grande fragmentação em dois sentidos: de um lado ela ganhou uma nova vitalidade no interior do Estado, diluindo-se em suas políticas públicas; e, de outro, continuou como educação não-formal, dispersando-se em milhares de pequenas experiências (GADOTTI, 2000, p. 6).

Podemos considerar que a educação não-formal surge como escape diante das resistências à educação popular, visto que esse modelo de educação se tornou um meio de movimentar as classes menos favorecidas frente às desigualdades que estabelecia-se na década de 1960.

Logo, as pequenas experiências vivenciadas na sociedade a partir das reconfigurações da educação popular, permitiu mais unidade aos sujeitos na medida em que dá visibilidade ao conhecimento experiencial dos indivíduos permitindo que as aprendizagens se deem através das suas vivências e realidades frente ao modelo de educação tradicional que impedia essas interações.

Algumas mudanças teóricas de perspectiva social e formativa surgiram na constituição da educação popular, principalmente no período das décadas de 60 e 80, em que novas contribuições, tanto no campo político quanto no pedagógico, foram alinhando-se. Consoante com o que diz Gadotti (2000, p. 15):

Se a educação popular não morreu, como um modelo teórico e como prática social, foi porque soube ler esse novo contexto. Para além da pura conscientização e da organização popular, a educação popular preocupa-se hoje com a produção e a formação para o trabalho, que não se confunde com a profissionalização. Afinal, o trabalhador não pode parar de trabalhar para ficar só estudando. Ele estuda trabalhando. O trabalho, a produção, estão cimentados com o projeto político-pedagógico da educação popular. A educação popular não está fazendo hoje uma opção entre desenvolvimento e luta cultural, como fazia ontem, porque agora se percebe melhor do que antes que ambos fazem parte da mesma necessidade humana de desenvolvimento popular (GADOTTI, 2000, p. 15).

Nesse segmento, como é possível pensar a educação de sujeitos em contextos de vulnerabilidades sociais? Como se estabelece o educar para a vida social? Em que medida pode-se contribuir para que os sujeitos sejam instruídos e educados a partir da leitura do mundo e ao mesmo tempo compreendam a sua realidade? Tais problematizações ratificam a necessidade da conscientização do próprio movimento que não busca por manter a dualidade existencial, mas a equalização das possibilidades existenciais, como estudar e trabalhar. Por outro lado, se faz necessário que o empregador esteja também consciente desta necessidade, daí a importância das políticas da intersectorialidade.

Assim, é importante destacar o importante papel da educação popular que através de suas práticas, busca responder a tais questionamentos, incluindo em sua abordagem pedagógica questões pertinentes aos indivíduos, como o próprio trabalho e a vida social como aspectos indissociáveis.

Nota-se que a Educação Popular visa para além da conscientização desenvolver atitudes atentando-se ao bem social e não ao bem-estar social do neoliberalismo, pois a inserção de pautas relevantes como saúde, gênero, desigualdade social, entre outros, junto aos processos educativos se faz necessários na mobilização social, tendo em vista que tais bens sociais devem ser mantidos pelo estado e não pelo próprio indivíduo que vive em vulnerabilidade social.

Por este motivo, suas intenções são vistas pelas camadas mais favorecidas da sociedade, como uma afronta aos interesses de uma minoria que depende de uma educação forjada para formar sujeitos e cidadãos submissos aos ideais hegemônicos de uma organização social já posta e que a práxis da educação popular tem por finalidade fomentar processos outros de formação, onde não esteja em pauta a

competitividade, mas sim a solidariedade para que todos possam se desenvolver socialmente, organicamente como sujeitos protagonistas de suas histórias de vida. Ressignificando assim processos excludentes em artefatos emancipatórios e encorajadores de superação do status quo, cujo, quem não detém capital cultural parece estar fadado ao fracasso, a educação popular mostra historicamente que muitos sujeitos superaram seus limites existenciais devido a sua organização e mobilização, lutando por condições de justiça social e melhores condições de vida, primando, portanto, por um justo e digno viver.

Considerações analíticas

Diante do que já foi discutido, fica evidente que há fortes resistências frente à uma educação emancipadora e que pense nas questões essenciais presentes na sociedade, que são inerentes aos diversos sujeitos que a constitui. Questões como vulnerabilidade social, que perpassam fatores econômicos, culturais, etnia, gênero e outros, são essenciais para se pensar uma educação no horizonte da prática social, isto é, uma educação popular. No entanto, os desafios para efetivar uma educação que considere os diferentes contextos sociais, são percebidos através de um modelo de sociedade que visa o lucro e a formação de mão de obra barata a partir de processos educativos e de escolarização, por isso que há o processo dialético da educação popular e da educação escolarizada, logo a educação popular não pode jamais se estatizar ou se institucionalizar como a escolarização, para não perder seu *status* de problematizadora da realidade e das desigualdades sociais vigentes.

Uma vertente educacional que preza por práticas mecanicistas e meramente técnica assume deliberadamente e compactua com o viés neoliberal de sociedade, negando e suprimindo as subjetividades e realidades que constituem os diferentes sujeitos, portanto, tornando os sujeitos massa de manobra. Desse modo, a Educação Popular surge como mecanismo de enfrentamento a esse modelo enrijecido que se instala de diversas formas, seja por meio de deliberações legais ou pela negação de uma escola democrática e autônoma.

É relevante atentar-se que a educação popular, pensada para além dos muros da escola, tem sofrido ataques pela sua maneira de tratar as mazelas sociais da sociedade, a marginalização dos movimentos sociais, por exemplo, torna-se um meio de invisibilizar as pautas sociais defendidas pelos sujeitos em movimento, conscientes e críticos da realidade vigente.

Levando em consideração esses apontamentos, torna-se necessário refletir acerca do papel do/da educador/a frente à educação desses sujeitos, visando encontrar respostas a tais implicações que perpassam o conhecimento das relações entre sociedade e educação como aspectos de grande influência na constituição do indivíduo enquanto sujeito social. Assim, é pertinente pensar uma educação no horizonte da prática social, emancipatória, autônoma e, sobretudo humana, isto é, a práxis da educação popular, promotora da problematização da realidade, contestadora dos processos de violações dos direitos sociais, como a educação, a saúde, a segurança, a moradia, ao bem social comum.

Referências

- AZEVEDO, Janete Maria Lins de. *A Educação como Política Pública*. 3. ed. Campinas, SP: Autores associados, 2004.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Abril Cultura; Brasiliense, 1985.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; FAGUNDES, Maurício Cesar Vitória. Cultura popular e educação popular: expressões da proposta freireana para um sistema de educação. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 61, p. 89-106, jul./set. 2016. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.47204>.
- CAMPOS, Judas Tadeu de. Paulo Freire e as novas tendências da educação. *Revista E-Curriculum*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-15, dezembro, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/3196>. Acesso em 19/03/2022.
- CERQUEIRA, Jackson. Bomfim Almeida de. Uma visão do neoliberalismo: surgimento, atuação e perspectivas. *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 39, p.169-189, jul./dez. 2008. <https://doi.org/10.13102/sitientibus.vi39.7594>.
- CORAGGIO, José Luis. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas para educação. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (org.) *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1996.
- CORTELLA, Mario Sergio. *A Escola e o Conhecimento*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. Lisboa: Editora 70, 2009.
- FREIRE, Paulo. Educar é um ato político. *Diário do Povo*, [S.l.], p. 6, 14 ago. 1980.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação: ensaios** / Paulo Freire. 5 ed. São Paulo, Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 165 p.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. São Paulo Perspec. [online]. 2000, vol.14, n.2, p. 03-11. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392000000200002>.

GRACIANI; Maria Stela Santos. **Pedagogia Social de Rua**. São Paulo: Cortez. 3 ed. 1999.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1986.

TONET, Ivo. Educação e Formação Humana. In: **Marxismo, Política, Educação e Emancipação Humana**. 2006. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/852/721>. Acesso em 19/06/2022.